



Avaliação,  
Políticas  
e Expansão  
**da Educação  
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira 10

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007  1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6721910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>114</b>
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>127</b>
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>135</b>
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>151</b>
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100716</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>189</b>
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt Ilana Laterman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>204</b>
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior Márcia Helena Silva de Oliveira Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>215</b>
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho Silvana de Fátima dos Santos Carmem Tereza Velanga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>226</b>
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>240</b>
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>250</b>
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira Priscila Martins de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>268</b>
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz Luiza Bäumer Mendes Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
<b>DOI 10.22533/at.ed.67219100723</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>277</b>
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>290</b>
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>308</b>

## O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS

**Marta Coelho Castro Troquez**

Universidade Federal da Grande Dourados,  
Faculdade de Educação

Dourados - MS

**Elda Do Val Haerberlin Marcelino**

Universidade Federal da Grande Dourados, Curso  
de Pedagogia

Dourados - MS

**RESUMO:** Considerando o direito à educação diferenciada adquirido pelos indígenas e a determinação da Lei segundo a qual as escolas do país devem garantir o estudo da história e cultura indígena. Este trabalho apresenta resultados de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, que buscou verificar como a diversidade indígena é tratada nas propostas e nas práticas pedagógicas de uma escola municipal urbana de ensino fundamental do município de Dourados – MS que atende alunos indígenas. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas abertas, questionários e análise documental. Os resultados nos mostram que a diversidade indígena é superficialmente tratada na escola e que a escola justifica suas ações a partir de um discurso de igualdade o qual não é suficiente onde há a necessidade de práticas que atendam às especificidades dos alunos indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação escolar

indígena. Educação diferenciada. Lei 11.645/2008.

**ABSTRACT:** Considering the right to differentiated education acquired by indigenous and determination of law that the schools in the Brazil must ensure the study of Indian history and culture. This paper presents results of qualitative research, case study type, which sought to verify as Indian diversity is addressed in the proposals and in the pedagogical practices of an urban municipal school of basic education of the municipality of Dourados- MS serving indigenous students. The survey was conducted from interviews, questionnaires and document analysis. The results show us that indigenous diversity is superficially treated at school and that the school justifies his actions from a discourse of equality which is not enough where there is a need for practices that meet the specific needs of the students indigenous.

**KEYWORDS:** Indigenous School Education. Differentiated education. Law 11,645/2008.

### 1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo, verificamos como é realizado o tratamento da diversidade indígena numa escola de ensino fundamental, localizada na área urbana do município de Dourados – MS,

denominada “Escola C”. Por questão de ética, não colocaremos o nome da escola.

O interesse em investigar como tem sido realizado o processo de escolarização no ensino fundamental de crianças indígenas em escolas fora das áreas indígenas partiu da constatação de Troquez (2012), ao considerar que há significativa população indígena em áreas urbanas e muitos alunos indígenas em escolas não indígenas (não específicas e/ou diferenciadas).

Como resultado das lutas pela garantia do direito à diferença, os povos indígenas têm se apropriado da escola nas áreas indígenas e podem desenvolver processos de escolarização diferenciados atribuindo às instituições de ensino funções peculiares que atentem para o respeito aos seus valores culturais e linguísticos (BRASIL, 1988; 2007).

Referente às ações diferenciadas nas escolas específicas, no parágrafo 2º do artigo 210 da Constituição Federal de 1988, foi estabelecido que o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de línguas maternas e processos próprios da aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), para garantir direitos diferenciados à educação da população indígena, também destaca em seu Artigo 78 que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programa integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (BRASIL, 1996).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, BRASIL, 1998) enfatiza uma construção curricular diferenciada, “pautada na dinâmica da realidade” educativa vivida por alunos e professores, fazendo-se necessário a inclusão de “conteúdos curriculares propriamente indígenas”, considerando que:

O conjunto de saberes e procedimentos culturais produzidos pelas sociedades indígenas, poderão constituir-se na parte diversificada do conteúdo de aprendizagem e de formação que compõe o currículo. São eles, entre outros: língua materna, crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, as suas organizações sociais do trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas. (BRASIL, 1998 p. 18).

Portanto, segundo a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012), entre outros documentos, as populações indígenas têm direito a uma educação escolar diferenciada em escolas

indígenas comunitárias, específicas, diferenciadas, interculturais e bilíngues para atender as crianças nas suas especificidades.

O município de Dourados possui uma Reserva Indígena com expressiva população constituída por de três grupos étnicos: Kaiowá, Guarani (Ñandeva) e Terena. Esta área indígena é considerada uma das mais numerosas do estado de Mato Grosso do Sul (TROQUEZ, 2015a). Na reserva há cinco escolas indígenas, organizadas conforme a legislação do país. Contudo, há que considerarmos também as crianças indígenas que estão nas escolas não indígenas e o tratamento adequado destas na/pela escola.

É neste contexto que Troquez (2015b) elaborou um projeto de pesquisa com o intuito de mapear as escolas municipais que atendem alunos indígenas e de conhecer a realidade educacional urbana no que diz respeito ao tratamento da diversidade indígena nas salas de aulas. E, mais especificamente, neste trabalho, tipo estudo de caso, voltamos o olhar para uma escola de ensino fundamental em Dourados que atende alunos indígenas (Escola C).

Considerando a presença de alunos indígenas em escolas urbanas, somos levadas a indagar: como tem sido realizado o tratamento da diversidade indígena diante da legislação que garante uma educação diferenciada e diante da determinação da Lei nº 11.645/2008 que garante a valorização da história e da cultura indígena através de seu estudo? A partir desta questão de base, pretendemos apresentar os resultados obtidos da verificação das propostas e práticas pedagógicas da Escola C por meio de procedimentos metodológicos de cunho qualitativo.

A seguir apresentamos procedimentos, dados e resultados da pesquisa realizada na escola no primeiro semestre do ano de 2017.

## **2 | A ESCOLA E A DIVERSIDADE INDÍGENA**

Considerando que “a população indígena de Dourados é uma das mais numerosas do estado” de Mato Grosso do Sul e que estudos notificam os preconceitos vividos por estes alunos devido “à ausência de propostas pedagógicas diferenciadas na direção de um tratamento adequado da diversidade nas salas de aulas” (TROQUEZ, 2015b, p. 3), selecionamos para estudo de caso uma escola municipal de ensino fundamental, localizada na região urbana do município de Dourados, MS.

A expectativa quanto à instituição esteve em encontrá-la preparada em termos de gestão, recursos humanos e ações que contemplassem o tratamento da diversidade indígena no seu currículo e práticas pedagógicas, assim como o ensino da história e cultura indígena condizente com a realidade dos povos indígenas do seu entorno regional e do país, conforme determinação da lei nº 11.645/2008. Os dados apresentados são resultados das visitas realizadas à unidade educativa por meio de abordagens e entrevistas diretas, diálogos e aplicação de questionários a professoras do ensino fundamental, com questões sobre como abordavam a temática indígena

no espaço escolar; indagações sobre o material didático/pedagógico utilizado, sobre projetos voltados ao atendimento da lei e a respeito da formação continuada na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais e/ou para a implementação da história e cultura indígena no currículo escolar.

É interessante ressaltar que a escola se encontra numa região da cidade, inserida no bairro denominado “Vila Índio”. Não encontramos referências bibliográficas sobre a história do bairro, temos apenas o conhecimento popular de que o nome está relacionado ao número considerável de moradores indígenas em seus arredores.

A unidade educativa conta com uma diretora, uma coordenadora e o apoio de 75 profissionais, professores e funcionários, onde nenhum entre eles é indígena ou domina a língua Guarani ou outro idioma indígena. Atualmente, a escola atende 329 alunos, tendo, entre estes, nove crianças indígenas, destas, uma está matriculada na educação infantil e as demais estão no ensino fundamental, entre turmas do 1º, 2º, 3º e 5º ano.

Através da disposição do material impresso do sistema de matrículas da unidade fornecido pela secretaria da escola, distribuímos no quadro abaixo os alunos indígenas para visualizar de forma clara alguns aspectos, como: idade, sexo, data da matrícula e etapa de ensino.

<b>Aluno</b>	<b>Raça</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Data Matrícula</b>	<b>Etapa de ensino</b>
Aluno 1	Indígena	5 anos	Fem	Fev/2017	Pré-escola/Ed. Inf.
Aluno 2	Indígena	6 anos	Fem	Fev/2017	1º ano/Ens. Fund.
Aluno 3	Indígena	6 anos	Masc	Mai/2017	1º ano/Ens. Fund.
Aluno 4	Indígena	7 anos	Masc	Jun/2017	1º ano/Ens. Fund.
Aluno 5	Indígena	7 anos	Masc	Fev/2017	1º ano/Ens. Fund.
Aluno 6	Indígena	7 anos	Masc	Fev/2017	2º ano/Ens. Fund.
Aluno 7	Indígena	8 anos	Fem	Fev/2017	2º ano/Ens. Fund.
Aluno 8	Indígena	10 anos	Masc	Mar/2017	3º ano/Ens. Fund.
Aluno 9	Indígena	13 anos	Masc	Mar/2017	5º ano/Ens. Fund.

Quadro 1: Identificação de alunos indígenas

Fonte: Elaboração das pesquisadoras (2017).

Identificamos então quatro crianças indígenas matriculadas nas turmas do primeiro ano do ensino fundamental, duas no segundo ano, uma no terceiro e uma no quinto ano. Quando questionamos a secretaria, a coordenação e a diretoria por meio da abordagem direta quanto à origem destes alunos, todos de igual modo declararam saber que “a maioria” são moradores da região próxima à escola, enquanto “uns e outros” são oriundos da aldeia/reserva indígena de Dourados. No entanto, ao solicitarmos a etnia (Guarani, Kaiowá ou Terena) dos alunos, nenhuma informação pôde ser dada devido à ausência da declaração na ficha de matrícula e da falta de conhecimento desta particularidade das crianças indígenas ali atendidas por parte

dos profissionais. Reconhecer um indivíduo etnicamente demanda proximidade, conhecimento e compreensão das especificidades socioculturais e/ou linguísticas dos grupos étnicos envolvidos.

Precisamos refletir sobre o tratamento da diferença indígena nas instituições escolares ao se considerar as particularidades ou aspectos étnico-raciais dos diferentes povos indígenas. Referente a isto, através de um diálogo, obtivemos de uma professora relatos sobre a necessidade de **conhecer e compreender** os aspectos culturais diferenciados do aluno indígena. Esta professora narrou um episódio de preconceito, onde uma criança indígena da escola foi insultada por um aluno ao ser chamada de “suja”. A professora explicou que foi necessário discorrer com sua turma sobre a aparência e condições daquela criança, expondo sua origem e circunstância de vida, isto é, sua individualidade, marcada por privações e escassez, inclusive de roupas e materiais de limpeza. Mas a docente ressaltou que esta atitude só foi tomada após ter conversado com a mãe do aluno, pois, até então ela desconhecia a realidade social da criança indígena.

A pesquisa baseou-se também na aplicação de questionários aos docentes da escola. Das cinco profissionais indicadas pela diretora, apenas duas professoras demonstraram interesse e disponibilidade em participar da pesquisa. Precisamos lembrar que certamente não cabe nesta pesquisa julgar o trabalho desenvolvido na Escola C, por isso, através de todos os dados coletados, o intuito foi de verificar como é realizado o tratamento da diversidade indígena, sendo assim, no que diz respeito às respostas dadas pelas professoras, ambas foram similares.

As professoras A e B [por questão de ética, não colocaremos os nomes das professoras. Usaremos letras do alfabeto para fazer as referências a elas] afirmaram não receber orientações da escola para o tratamento diferenciado das crianças indígenas. Discorreram apenas sobre a intenção de “inserir” e “integrar” “de modo acolhedor” “todas as culturas” e “a cultura indígena”, sem enfatizar como e de acordo com quais instruções realizam este atendimento. Ainda, mencionaram que a única ação voltada à valorização da cultura indígena é a realizada no “Dia do Índio” “com alguma atividade”, “ainda de modo não satisfatório” (professora A), e que a escola não desenvolve nenhum projeto especial voltado para a diversidade cultural indígena, nem mesmo para o atendimento da Lei nº 11.645/2008. Neste ponto, quando mencionamos a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena no currículo escolar do ensino fundamental, novamente são citadas atividades relacionadas ao “Dia do Índio”, mas dessa vez, as duas docentes acrescentam que elas são trabalhadas durante o mês em que é celebrado “Dia do Índio” (dia 19 de abril), por isso, não consideramos estas ações como um “projeto especial” que atenda às determinações da lei.

Quando questionamos a respeito das atividades desenvolvidas na escola ou na sala de aula para a implementação da história e cultura indígena, assim como quais materiais didáticos ou pedagógicos eram utilizados e se eles apresentavam conteúdos relacionados à temática, a resposta da professora A foi que na sala de

aula, “são trabalhados vídeos que mostram a cultura indígena; brincadeiras culturais; jogos” e que também são utilizados “livros que abordem o tema, tanto didáticos quanto literários.”, no entanto ela não soube especificá-los, referindo-se à eles apenas como “alguns livros”.

Já a professora B descreveu que são desenvolvidas na sala de aula “atividades diversas” para o atendimento da lei e, assim como a sua colega de trabalho, não soube dar nome ao material didático usado pela escola, declarando apenas que “alguns livros trazem estes conteúdos”, referentes à história e cultura indígena.

Perguntamos também sobre suas respectivas participações em formação continuada oferecidas na perspectiva da Educação para as relações étnico-raciais e/ou para a implementação da história e cultura indígena no currículo escolar e ambas confirmaram ter participado de “oficinas e palestras” relacionadas à questão abordada, oferecidas pela universidade estadual (UEMS) e federal (UFGD) da cidade.

E referente às questões quanto ao conhecimento sobre a origem dos alunos indígenas da escola, seus comportamentos, suas relações entre colegas, professores e funcionários; sobre o processo de aprendizagem e sobre os desafios que a escola e os professores enfrentam ao atender estes alunos, bem como das práticas pedagógicas diferenciadas para atendê-los, obtivemos as seguintes respostas:

Alguns moram nas aldeias relativamente próximas e outros moram aqui nos bairros próximos (na cidade). Os alunos têm bom relacionamento, são tratados de forma respeitosa, tanto pelos coleguinhas, quanto por professores e funcionários da escola. Acredito que o desafio seja inserir estes alunos de uma “forma melhor” tendo os materiais pedagógicos que colaborem para isto e também pela oferta de formações voltadas para este tema. Há sim práticas diferenciadas, porém, são oferecidas para todos os alunos. (Resposta da professora A).

Alguns alunos moram na aldeia, outros moram na cidade. Eles têm bom relacionamento com os demais alunos e profissionais da escola, que busca práticas diferenciadas para atender todas as necessidades apresentadas pelos alunos, e não somente pelos indígenas. (Resposta da professora B).

Percebemos então, por meio dos dados aqui apresentados que a diversidade indígena, apesar de estar presente no cotidiano da Escola C através dos alunos indígenas, é tratada com muita superficialidade e naturalidade, no sentido de que a evidência da diferença representada pelas nove crianças indígenas parece passar despercebida pela escola. Pouco se conhece a respeito delas, tão pouco se ensina sobre o grupo ao qual elas pertencem apesar de a lei determinar que os conteúdos ministrados no ensino fundamental incluam e contemplem diversos aspectos da história e da cultura indígena brasileira, conforme a lei.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

É, sobretudo, devido à negligência nos processos educacionais que o estudo histórico das lutas, culturas e contribuições dos povos indígenas no Brasil tem ficado preso ao senso comum estereotipado do passado. Assim, suas especificidades são ignoradas e são tratados com generalizações e ideias errôneas quanto a suas produções, linguagem e estilo de vida. Entendemos que a temática indígena deveria ser trabalhada adequadamente a fim de promover o reconhecimento e o respeito às diferenças culturais tão presentes na escola, no bairro, na aldeia e nas demais localidades da cidade. Quanto a isso, Mancini e Troquez ressaltam que um dos principais veículos geradores destes preconceitos, utilizado como objeto de “atuação dos professores na educação escolar” é o livro didático (MANCINI; TROQUEZ, 2009, p. 189).

As representações apresentadas aos alunos acabam sendo superficiais, equivocadas e muitas vezes enganadoras. Além disso, muitos profissionais carecem de preparo, isto é, de conhecimento e recursos para combater esta realidade. Nas bibliotecas escolares, por exemplo, há pouquíssimas obras que têm a figura indígena como protagonista, como no caso da instituição em estudo neste artigo.

Na visita realizada à biblioteca da escola, em busca de literaturas juvenis e infanto-juvenis que apresentassem personagens indígenas na condição de protagonistas, recebemos a constrangida resposta da professora que disse não ter condições de atender à solicitação por ter sido recentemente designada para cuidar da biblioteca. Ressaltamos que, na realidade o espaço não se apresentava como tal por encontrar-se num canto dentro da sala dos professores, delimitada por um armário e uma mesa e algumas prateleiras contendo livros diversificados. Apesar disso, a responsável soube identificar uma coletânea de livros informativos/paradidáticos que abordavam a temática e nos apresentou. Ela enfatizou que estes não deveriam estar ali, pois foram enviados para serem distribuídos aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, no entanto, explicou que esta ação não ocorreu devido à insuficiência de material para a quantidade de crianças pertencentes a cada turma da escola. Realizamos então o registro do material que dispomos na imagem abaixo:



Figura 1. Livros informativos/paradidáticos na estante da biblioteca

Fonte: Foto tirada pela pesquisadora Elda Do Val Haerberlin Marcelino (2017).

Pedimos também a permissão para explorar o acervo na busca de literaturas que apresentassem personagens indígenas na condição de protagonistas e a única obra que encontramos estava em uma prateleira denominada “somente ilustrações”. Trata-se do livro “Abaré”, indicado para crianças do 1º ao 3º ano do ensino fundamental pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disposto na imagem abaixo:

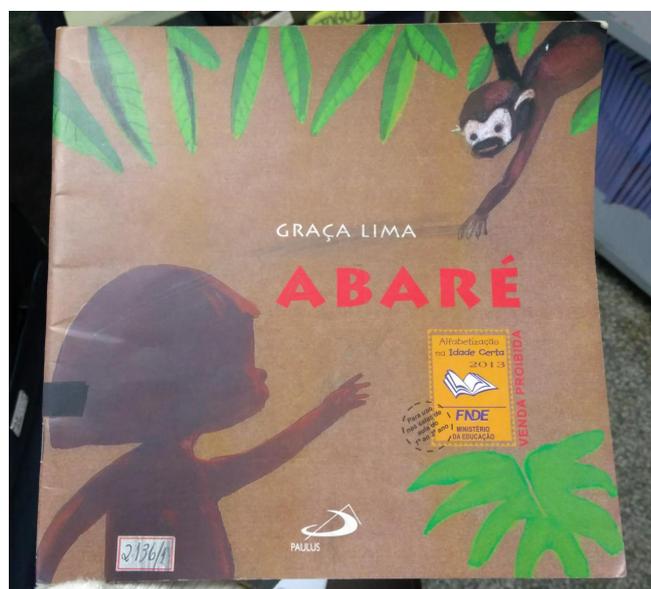


Figura 2. Livro de literatura na biblioteca

Fonte: Foto tirada pela pesquisadora Elda Do Val Haerberlin Marcelino (2017).

Considerando que “o uso da literatura infantil como prática pedagógica de Educação das relações Étnico-Raciais é uma alternativa entre as mais discutidas nas pesquisas da área” (SILVA; SOUZA, 2013, p.41), acreditamos que através da literatura é possível produzir novos conhecimentos e ampliar os horizontes de ideias

e discursos escolares sobre a diversidade indígena explorando os materiais que abordam a temática dispostos na biblioteca. No entanto, é preciso que a escola forneça quantidades adequadas e diversas de livros que abordem a temática, bem como um espaço apropriado para o acesso à estes recursos, além de profissionais qualificados, que tenham conhecimento e afinidade com o acervo para poder não somente atender, mas também sugerir leituras que enriqueçam e transformem as concepções das crianças quanto à diversidade cultural e às relações étnico-raciais.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez, antes mesmo de iniciar a vida escolar e lidar com temáticas que abordem as diferenças étnicas e culturais, algumas crianças já tenham sentido “medo de índio”, de “bugri” e até tendem a defini-los como “sujos”, “pés descalços”, “mortos de fome”, “bicho do mato”, dentre outros clichês generalizadores disseminados na sociedade, reforçados pela má interpretação e/ou falta de conhecimento ao vê-los pelas ruas da cidade em pequenos grupos acompanhados ou não por adultos, vendendo mandioca, revirando lixo, pedindo “pão velho” ou “alguma coisa pra dar”, além da carência de contato, ou seja, ausência da presença indígena em muitas escolas seja de alunos e/ou profissionais.

É devido a esta representatividade indígena equivocada e preconceituosa, cheia de clichês/estereótipos, disseminada por inúmeros livros didáticos que apresentam os indígenas como uma categoria única, primitiva, atrasada, aculturada e em um estágio civilizatório ultrapassado (MANCINI; TROQUEZ, 2009) e à negligência das instituições escolares em cumprir as determinações da lei 11.645/2008 que o desrespeito às diferenças culturais perdura em nossa sociedade.

Apesar dos avanços decorrentes da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade dos estudos da história e cultura dos povos indígenas, nos parece que a diversidade indígena não tem sido tratada como deveria na instituição escolar, como vimos na Escola C. No entanto,

Independente dos inúmeros problemas que a educação enfrenta, não podemos deixar de atentar para o poder da escola, enquanto instância formadora do educando, principalmente no que diz respeito ao seu papel face à diversidade étnica e cultural. (MANCINI, TROQUEZ, 2009, p. 183).

Assim, sendo a educação um fator determinante na construção e desconstrução de saberes, acreditamos que a escola deva assumir um compromisso ético, coerente com a realidade, estimulando a reflexão dos alunos para que estes reconheçam a diversidade indígena existente, não apenas na instituição, e que a partir daí tornem a desenvolver o interesse em conhecê-los sob outras perspectivas além das que já lhes foram inculcadas, pois, o discurso de igualdade para todos não é suficiente onde há a necessidade de práticas que atendam às especificidades dos alunos indígenas. Torna-se necessário um tratamento adequado da temática e da diferença indígena na

escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Portal MEC, 1996. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>, Acesso em: 05 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cadernos Secad 3 – Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução N. 05/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. : < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&Itemid=30192)>, Acesso em: 05 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Portal MEC, 1999. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf)>, Acesso em: 05 mar. 2017.

JUNIOR. Jaime Ribeiro de Santana. **A Reserva Indígena de Dourados – MS: Considerações iniciais sobre o modo de vida Guarani**. 2007. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/54.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

MANCINI, Ana Paula Gomes; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena. **Tellus**, ano 9, n.16, p. 181-206, jan./jun. 2009.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; SOUZA, Gizele de. Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p.35-50, jan./mar. 2013.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)**. Dourados: Editora da UFGD, 2015a. Disponível em: < <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/ebooks/professores-indios-e-transformacoes-socioculturais-em-um-cenario-multi-etnico-a-reserva-indigena-de-dourados-1960-2005-marta-coelho-castro-troquez.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **O tratamento da diversidade étnico-racial em instituições de educação infantil e em escolas de ensino fundamental públicas do MS que atendem alunos indígenas: desafios para a pedagogia intercultural e crítica**. Projeto de Pesquisa, FAED/UFGD, 2015b.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-467-2

